

YURI MATHEUS ARAÚJO PINHEIRO MATOS

**DESCULPEM AS OBRAS,
—— ESTAMOS EM ——
TRANSTORNO**

**APRENDIZADOS DA
ENGENHARIA LEGAL**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Prefácio	XI
Prefácio	XIII
1 Prólogo	1
2 Transtornos e transtornos: quatro anos de aprendizados	3
A parede em branco	3
O fantasma do fiscal invisível.....	3
Dormindo como um anjo.....	4
Limites: firmeza sem escândalo.....	4
Não nos esqueçamos que o trabalho é feito por pessoas e para pessoas.....	5
O perfil que não se recupera.....	5
A sobrecarga e a erosão da estrutura	6
O microgerenciamento e o <i>survivorship bias</i>	6
Estudo diário e o ganho de escala no médio longo prazo.....	8
A construção da imagem.....	8
O setor que transforma o mundo sem aparecer	9
A seleção técnica de pessoal.....	10
A linguagem dos resultados	10
Elogio em público, correção em particular	11
Planejamento estratégico anual.....	12
Chefes “ <i>clientes</i> ” e o papel da terapia.....	13
Erro e prazo perdido: primeiro conter, depois aprender.....	14
Urgência: oportunidade e armadilha.....	14
A ausência é atrevida.....	15
3 Rede e concreto: contos de pescadores no mar da engenharia	17
Entre o <i>juridiquês</i> e o <i>engenheirês</i> , uma ponte.....	17
O advogado público tem cliente? os axiomas da militância privada aplicados à procuradoria.....	25

Do velho ao novo: como introduzir um novo paradigma que fique em pé	29
Infraestrutura e objetivos constitucionais	33
Das estradas, às casas	37
A Engrenagem invisível do processo	41
Café frio tem gosto de CBUQ	47
Construir.....	53
Platão, o demiurgo de terno e o consultivo de licitações: um diálogo improvável	57
Enquanto constroem pontes lá fora, evitamos os desmoronamentos daqui de dentro.....	61
A arquitetura do prazo: o caso Mara Rosa e a força dos laços	67
Entre prazos, planilhas e silêncios.....	71
Pareceres que pavimentam caminhos	77
Entre a torre de comando e o asfalto da 153: crônicas do estratégico.....	79
Crônicas das decisões estratégicas	
Entre o Asfalto e a Lei: Memórias de uma Caneta na Faixa de Domínio	83
Entre prazos e um sonho	85
A jornada por labirintos.....	89
Entre o asfalto e o abrigo	97
Estágio de graduação.....	101
A vida em parcelas: crônica de um calculista judicial.....	103
A voz dos números no judiciário.....	107
A saga no mundo dos contratos: o labirinto de espelhos.....	109
A Reforma.....	111
Devolutivas e conquistas.....	113
A estratégia nos autos: crônicas de um estagiário na GOINFRA.....	115
Entre prazos, plásticos e promessas	119
A Assessoria Jurídica na Procuradoria Setorial	123
O Menino de Aracaju e a Nova Era da Procuradoria Setorial da GOINFRA.....	127

A crônica do adeus 129

Versão final (sujeita a alterações) 133

4 Caderno de rotinas e teses comentadas:

o direito como infraestrutura 135

4.1 Processo licitatório 135

4.1.1 Participação em consórcios. 135

4.1.2 Substituição de uma consorciada durante o
processo licitatório. 136

4.1.3 Participação de micro e pequenas empresas. aferição do referido
limite em consonância com o cronograma f
ísicofinanceiro da contratação. 137

4.1.4 Atendimento da reserva de cargos para pcd como
condição de habilitação em certames licitatórios. 138

4.1.5 Transferência de acervo técnico em razão de
reorganização societária. 140

4.1.6 Responsabilização administrativa de licitantes. 141

4.1.7 Teoria das nulidades e distinção entre anulação e
fracasso: aplicação da teoria das nulidades em licitações. 142

4.1.8 Obrigatoriedade de complementação do estudo técnico
preliminar. 143

4.1.9 Quantitativos orçamentários em regime de empreitada
por preço unitário. 144

4.1.10 Matriz de riscos em obras de infraestrutura rodoviária. 145

4.1.11 Das exigências de qualificação técnica. 147

4.1.12 Vedação de subcontratação do escopo principal. 148

4.1.13 Parcelas de maior relevância e qualificação técnica. 149

4.1.14 Detalhamento de serviços complementares
em orçamento. 150

4.1.15 Quantitativos duplicados em serviços de
obras rodoviárias. 151

4.1.16 Planejamento da licitação. Metodologia de quantitativos. 152

4.2 Prorrogação contratual 153

4.2.1 Contratação emergencial. Desídia administrativa. Dever de continuidade do serviço.	153
4.2.2 Contratos por escopo. Vigência e execução. Extinção do ajuste.	155
4.2.3 Ecopragmatismo. Licenciamento ambiental como fato superveniente. Alteração de projeto.	156
4.2.4 Contratos paralisados. Retomada de execução. Requisitos de viabilidade técnica e jurídica.	157
4.2.5 Lei nº 14.133/2021. Contratos por escopo. Prorrogação de prazo. Apostilamento.	158
4.3 Aditivos contratuais	160
4.3.1 Alteração contratual. Extrapolamento do limite de 25%. Decisão 215/99 TCU. Análise consequencialista.	160
4.3.1.1 Requisitos para alteração contratual. Extrapolamento do limite de 25%. Decisão 215/99 TCU:	161
4.3.2 Compensação de acréscimos e supressões. Contratos anteriores a 2014.	163
4.3.3 Insumos instrumentais e abrangência do BDI.	164
4.3.4 Variações quantitativas na empreitada global.	165
4.3.5 Substituição de materiais equivalentes (sem aditivo).	166
4.3.6 Exigibilidade do programa de integridade (compliance).	167
4.3.7 Qualificação técnica e sucessão empresarial.	168
4.3.8 Alteração de razão social e preâmbulo contratual.	170
4.3.9 Contratação de remanescente de obra. Cálculo dos limites de alteração.	171
4.4 Gestão contratual	172
4.4.1 Contratação por produto, regime de trabalho e terceirização.	172
4.4.2 Aprovação prévia de projetos elaborados por supervisoras. ...	173
4.4.3 Prevenção de conflitos de interesse entre supervisão e fiscalização.	174
4.4.4 Obrigatoriedade de validação técnica do escopo contratado.	175

4.4.5 Dever de monitoramento contínuo da execução por parte da fiscalização.	176
4.4.6 Segregação de funções entre elaboração, aprovação e medição de serviços.	177
4.4.7 Responsabilidade da supervisora pela integridade da documentação técnica.	178
4.4.8 Integração obrigatória entre fiscalização e setor de projetos. .	179
4.4.9 Execução contratual. Pagamento de administração local.	180
4.4.10 Autotutela. Nulidade de sanção. Efeitos sobre licitações e contratos de terceiros.	181
4.5 Reajustamento contratual	182
4.5.1 Reajustamento contratual. Concessão automática. Data-base anterior à assinatura do contrato.	182
4.5.2 Reajustamento contratual. Variação negativa. Aplicação de ofício.	183
4.5.3 Reajustamento contratual. Ausência de índice no edital e no contrato. Critério de escolha.	184
4.6 Reequilíbrio econômico-financeiro	186
4.6.1 Reequilíbrio econômico-financeiro. Alteração de metodologia de preços referenciais. Inexistência de direito.	186
4.6.2 Reequilíbrio econômico-financeiro. Fato do príncipe. Alteração jurisprudencial do ISSQN.	187
4.6.3 Tributação. ISSQN em contratos de obras públicas. Base de cálculo. Deduções admitidas.	188
4.6.4 Tributação. ISSQN. Orçamentação. Desconto indevido na base de cálculo. Dever de glosa.	189
5.7 Dano ao erário, retenção cautelar e glosa.....	190
4.7.1 Responsabilidade civil e administrativa. Supervisora de obras.	190
4.7.2 Dano ao erário. Prescrição. Má execução.	191
4.7.3 Retenção cautelar. Fundamentação e contraditório.	192
4.7.4 Retenção cautelar em excesso. Atualização monetária.	193
4.8 Sanções.....	194

4.8.1 Sanções administrativas. Contratos por escopo. Prorrogação.	194
4.9 Nulidades.....	196
4.9.1 Nulidades. art. 147 da lei nº 14.133/2021.	196
4.10 Pagamentos pelo poder público.....	197
4.10.1 Pagamento administrativo. Ordem cronológica. Precatórios.	197
4.10.2 Paralisação de obras. Culpa da administração. Indenização.	198
4.10.3 Paralisação de obras. Eventos ordinários. Matriz de riscos.	199
4.10.4 Prescrição administrativa.	200
4.11 Uso da faixa de domínio por particulares.....	201
4.11.1 Faixa de domínio. Serviços públicos essenciais. Gratuidade.	201
4.11.2 Exploração de publicidade. Faixa de domínio. Chamamento.	202
4.11.3 Aeródromos. Exploração comercial. Licitação.	203
4.11.4 Acesso residencial. Faixa de domínio. Gratuidade.	204
4.11.5 Obras rodoviárias. Remoção de interferências. Energia elétrica.	205
4.11.6 Obras rodoviárias. Remoção de interferências. Telecomunicações.	206
4.11.7 Faixa de domínio. Confrontação irregular. Anuência.	207
4.11.8 Invasão de faixa de domínio. Autoexecutoriedade. Demolição.	208
4.12 Desapropriação.....	209
4.12.1 Desapropriação. aquisição originária. Imunidade e direitos de terceiros.	209
Epílogo	211